

# Pós-colonialismo e representação feminina na literatura pós-colonial em inglês

Thomas Bonnici

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: bonnici@wnet.com.br

**RESUMO.** Analisam-se as personagens femininas nos romances pós-coloniais *Crossing the River* (1993), de Caryl Phillips; *Fruit of the Lemon* (1999) e *Small Island* (2004), de Andrea Levy; *Disgrace* (1999), de J.M. Coetzee; *The Pickup* (2001), de Nadine Gordimer; e *Purple Hibiscus* (2003), de Chimamanda Adichie. O objetivo dessa pesquisa é verificar se, no contexto do *status quo* do feminismo contemporâneo, há traços comuns e diferenças significativas na representação da mulher feita por autores oriundos de várias comunidades pós-coloniais, que se destacam na literatura pós-colonial escrita em inglês. A metodologia de investigação baseia-se em textos teóricos que discutem poder, voz, agência, alteridade e resistência, desenvolvidos por Ashcroft, Bhabha, Said, Spivak, Todorov e outros. Os resultados mostram que os autores estudados ainda contam com o arcabouço patriarcal para materializar a situação da mulher e descrevem uma luta constante para que a mulher possa ser agente na comunidade representada. Parece que todos os autores revelam que a resistência, a qual abrange uma gama extensa que vai da conscientização duramente adquirida, até uma verdadeira tomada de posição, na condição de agente autônomo, pode ser paradoxalmente caracterizada como positiva, ambígua e cheia de questionamentos. Apesar de grandes avanços na condição de a mulher ser agente, constatam-se os resíduos da herança colonial, o patriarcalismo endêmico nas sociedades africanas e caribenhas, as diásporas contemporâneas e as nuances oriundas da globalização e da tentativa de supressão do multiculturalismo, os quais os autores pós-coloniais insistem em salientar. Concomitantemente, não deixam de representar o poder feminino em novas rupturas e intervenções pelas quais a mulher surpreende o patriarcado e toma seu lugar autônomo no mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** literatura pós-colonial em inglês, feminismo, poder, resistência, intervenção.

**ABSTRACT. Post-colonialism and female representation in post-colonial literature in English.** Feminine characters in recent post-colonial novels *Crossing the River* (1993) by Caryl Phillips; *Fruit of the Lemon* (1999) and *Small Island* (2004) by Andrea Levy; *Disgrace* (1999) by J.M. Coetzee; *The Pickup* (2001) by Nadine Gordimer; and *Purple Hibiscus* (2003) by Chimamanda Adichie are analyzed. Research verifies whether within contemporary feminism common clues and significant differences exist in the representation of females by authors writing in English from several post-colonial societies. Methodology is based on theoretical texts on power, voice, agency, alterity and resistance, which have been developed by Ashcroft, Bhabha, Said, Spivak, Todorov and others. Results show that the above-mentioned novels still maintain a patriarchal framework to describe women's condition even though a constant struggle exists so that she may be or become an agent in the society in which she lives. All novelists reveal that a broad-notion resistance is already achieved, even though it may be paradoxically characterized as positive and ambiguous. In spite of great advances in female agency, residues of colonial inheritance, endemic patriarchy in African and Caribbean societies, contemporary diasporas and conditions originating from globalization and attempts at suppressing multiculturalism still exist and must be resisted. Female power is represented in new disruptions and interventions through which women assault patriarchy and conquer an autonomous place in the contemporary world.

**Key words:** post-colonial literature in English, feminism, power, resistance, intervention.

## O status do feminismo no contexto pós-colonial

Passados mais de quarenta anos, no auge do estruturalismo e pós-estruturalismo, as teorias feminista e pós-colonial descobriram que *mutatis*

*mutandis* havia muita afinidade entre si. Consta que a representação da mulher nos romances pós-coloniais teve um desenvolvimento significativo de acordo com as teorias veiculadas pelas duas disciplinas. Em

um planeta em diferentes fases de globalização, é inevitável que a mulher de 2006 seja muito diferente da mulher dos anos 1950 e 1960. Embora haja diferenças significativas entre os personagens femininos em *Things Fall Apart*, publicado em 1958, e os de *Disgrace* e *Purple Hibiscus*, respectivamente de 1999 e 2003, muitos estudiosos do feminismo questionam o sucesso alardeado e contabilizam os prejuízos que o feminismo tem proporcionado à família e às mulheres em geral (Greer, 2001; Wolf, 2006).

O objetivo dessa pesquisa é analisar a representação feminina em romances pós-coloniais, escritos em inglês, por meio da análise das personagens femininas e suas respostas aos eventos de imperialismo que as circunda, permeia e afeta. Analisam-se alguns sujeitos femininos em *Crossing the River* (1993), do caribenho Caryl Phillips, em *The Pickup* (2001), da sul-africana Nadine Gordimer, em *Fruit of the Lemon* (1999) e *Small Island* (2005), da anglo-jamaicana Andrea Levy, em *Disgrace* (1999), de J.M. Coetzee, e em *Purple Hibiscus* (2003), da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A escolha desses romances se justifica não apenas pela abrangência geográfica, mas, especialmente, pela forte influência que o “novo imperialismo” tem exercido a partir de 1990 e ainda está exercendo sobre essas comunidades pós-coloniais e a subsequente intervenção do sujeito feminino, representado nos romances, conforme as categorias de gênero e classe.

### O neo-imperialismo da globalização

Poucos críticos contemporâneos duvidam de que atualmente está se estabelecendo um novo colonialismo muito mais profundo do que o colonialismo clássico dos séculos 16 e 17, o colonialismo moderno dos séculos 19 e 20 ou o neocolonialismo em vigor entre 1960 e 1990. É verdade que, ao contrário de Hardt e Negri (2001) e Negri (2003), certos ideólogos do império, como Ferguson (2003) e Ignatieff (2002), encorajados pelas incursões militaristas estadunidenses, pelas ameaças provocadas por diásporas, xenofobia crescente e racismo exacerbado, ainda atacam os historiadores revisionistas pós-coloniais e o pós-colonialismo e incitam o “homem civilizado” para que, mais uma vez, assuma sua responsabilidade (“the white man’s burden”) como outrora fez com tanta eficácia. Por outro lado, não se pode negar que, com frequência, a teoria pós-colonial e o feminismo praticados no contexto pós-colonial negligenciaram as formas econômicas e políticas engendradas pelo imperialismo contemporâneo após a derrocada do

colonialismo eurocêntrico entre 1960 e 1975. Em sua forma ortodoxa, a teoria pós-colonial e os feminismos analisaram, com muita propriedade e profundidade, embora frequentemente no viés apenas discursivo, os mecanismos, as causas, as conseqüências e os resíduos do colonialismo e do patriarcalismo, mas parece que deixaram de entender a história dos movimentos sociais de libertação, explicar as teorias de libertação total, e compreender a centralidade do imperialismo para o capitalismo.

Embora o pós-colonialismo e os feminismos sejam visceralmente opostos ao imperialismo e ao patriarcalismo e tenham construído um arcabouço teórico formidável para solapar a resistência de ambos, a crítica literária frequentemente tem se omitido de conectar os textos literários a os contextos históricos e sociais dos quais se originaram. Said (2000, p. xviii) comentou esse assunto quando escreveu que “o modismo da semiologia, da desconstrução e até as descrições arqueológicas de Foucault [...] reduziu e, muitas vezes, eliminou os ambientes mais sórdidos da ‘vida’ e da experiência histórica”. Parece ser uma tarefa urgente ligar os textos literários à situação sociopolítica mundial infestada pela conquista imperial e pelas desigualdades globais e dirimir certo idealismo engendrado pelo pós-colonial e pelo feminismo do Terceiro Mundo. Acredita-se que a análise acima proposta resultará em uma tipologia da representação da mulher na ficção do início do século 21.

Os romances pós-coloniais sob análise foram escritos quando os termos “globalização” e “neoliberalismo” tornaram-se sinônimos do relacionamento humano após a derrocada da União Soviética e o estabelecimento da hegemonia absoluta dos Estados Unidos, especialmente depois de 2001. Embora os termos e, especialmente, suas conseqüências não sejam tão recentes quanto se supõe (Robertson, 1999), a globalização contemporânea inclui a desregulamentação econômica, a privatização, o mercado livre, o financiamento incentivado, as dívidas externas impagáveis do Terceiro Mundo, a intervenção radical e “genocida” de organizações mundiais nos países em desenvolvimento. Como a globalização e a política neoliberal têm motivações econômicas e geopolíticas, freqüentemente sustentadas por ameaças e intervenções bélicas, concretiza-se o que Lênin em *Imperialismo: o mais alto estágio do capitalismo*, de 1923, afirma sobre o colonialismo como uma fase especial na história do imperialismo. De fato, sustenta-se, atualmente, que o imperialismo é “a globalização do modo capitalista de produção, sua

penetração em regiões geográficas outrora não-capitalistas e, ao mesmo tempo, a destruição de formas pré-capitalistas ou não-capitalistas de organização social” (Chrisman e Williams, 1994, p. 2). A não-compreensão dessa afirmação introduz a falácia da “prematura celebração pelo fim do colonialismo, camuflando as continuidades e as descontinuidades do poder colonial e imperial” (McClintock, 1994, p. 294).

Nesse contexto, pode-se dizer que a “identidade”, um dos temas da literatura feminista pós-colonial, freqüentemente carece do termo “classe” ou esse termo permanece marginalizado. Segundo Gedalof (1999), adepta à teoria do poder de Foucault, o problema de classe no contexto do feminismo pós-colonial é menos importante do que as narrativas de identidades sociais e étnicas, ou seja, a priorização da ideologia é afirmada em detrimento às coordenadas materiais de opressão. Para os marxistas, classe é o relacionamento material para o modo de produção dominante. Todas as formas de opressão (racial, sexual, de classe, de gênero) têm causas e efeitos materiais e são construídas pelas compulsões do capitalismo. A questão da prioridade (“ou o gênero ou a classe”) é falsa e uma conscientização crítica sobre a classe requer uma conscientização crítica sobre etnicidade, gênero e os demais itens. A opressão da mulher não é uma constante trans-histórica, mas é produzida por meio da estrutura de classe e serve às necessidades do capitalismo. Verifica-se essa conjuntura no período contemporâneo de imperialismo neoliberal, especialmente em países pós-coloniais, nos quais as mulheres proporcionam (1) o trabalho grátis de reprodução, cuidado com os filhos e outras responsabilidades domésticas e (2) uma força de trabalho notoriamente mal paga (UNCTAD XI, 2004). A experiência da opressão de gênero varia qualitativa e quantitativamente por classe. De fato, nas sociedades pós-coloniais, a ausência do privilégio masculino é algo fantasioso e as desigualdades de gênero mantêm a classe das mulheres operárias nas ocupações profissionais mais marginalizadas e mais mal (ou não) remuneradas. Portanto, nos países em desenvolvimento, a mobilidade ascensional é restrita: as mulheres são extremamente vulneráveis em tempos de crises econômicas, especialmente pelo desemprego e por “programas de ajuste estruturais”, sem grandes benefícios durante os períodos de expansão econômica.

Apesar da importância da classe nas análises das literaturas pós-coloniais, no conjunto de temas, como independência e libertação nacional, prefere-se o gênero à classe, ou seja, os eventos são

analisados por meio do gênero, isolado do conceito de classe. Embora as mulheres estivessem envolvidas nas lutas de libertação nacional (Young, 2001; Ferro, 2004) e a independência elevasse as expectativas de maior igualdade sexual na educação, no emprego e nos serviços, a independência política *per se* não produziu a libertação feminina, a qual tinha de ser conquistada no movimento local dos direitos feministas no contexto de lutas feministas internacionais e de um corpo crescente de crítica literária feminista nos anos 1970 e 1980 (Ellis, 1986). A ausência de igualdade e justiça a todos os sujeitos coloniais deve-se à traição da burguesia nacional, já preconizada por Fanon (1990), cujo papel se limita à administração do capitalismo facilitado por ditadores, deixando o antigo “colonizador” desenvolver novos sistemas de manter sua influência em regiões estrategicamente vitais com farta matéria-prima e mão-de-obra barata.

A continuação da situação subalterna da mulher nas sociedades pós-coloniais provocou uma reação (1) contra o eurocentrismo, considerado responsável pelo fracasso do nacionalismo e pela permanência do patriarcalismo, e (2) contra o nacionalismo estreito, especialmente diante da realidade de comunidades híbridas e diaspóricas atuais. Rejeitando o eurocentrismo (tal qual o imperialismo) como hierárquico, universalista e linear, vários críticos pós-coloniais (todos influenciados por Derrida, Lyotard, Lacan, Foucault, Kristeva, Deleuze, Guatarri e outros) aceitam a relevância do pós-estruturalismo em qualquer projeto anticolonialista, antipatriarcal e antiiluminista. De modo especial, o arcabouço teórico das feministas pós-coloniais é um gesto contra a teoria ocidental, a qual é questionada ao extremo “para forçar o surgimento de problemas de acessibilidade dos leitores, ou seja, quem pode falar e qual voz tem autoridade” (Donnell e Welsh, 1996, p. 447). Embora os paradigmas do pós-estruturalismo se direcionem à multiplicidade e à plurivocidade, o discurso pós-colonial tem diminuído as coordenadas materiais do imperialismo e despolitizado uma área de investigação que, por sua natureza, está engajada em questões de raça, império, produção cultural e colonialismo. Said (2003, p. 226) queixa-se das “várias teorias pós-modernas apresentadas por J. F. Lyotard e seus discípulos, com seu desprezo pelas grandes narrativas históricas, seu interesse pela imitação e pelo pastiche insignificante, seu eurocentrismo incorrigível”. A hostilidade do pós-estruturalismo e do pós-modernismo às teorias da libertação, explicitamente antiimperialistas, deriva-se do eurocentrismo.

Embora não se possa simplesmente descartar o

pós-estruturalismo e as teorias fabricadas no Ocidente, parece que as discussões sobre transnacionalização, hibridismo, nomadismo, sincretismo, criouliização e as literaturas multifacetadas não podem ser enfrentadas somente pelas teorias engendradas pelo pós-colonialismo e pelo feminismo. É nesse momento que a teoria marxista poderia vir ao encontro para (1) analisar a interdependência da exploração de classe e outras formas de opressão e (2) entender o imperialismo como uma característica do capitalismo. A dialética materialista analisa as literaturas pós-coloniais por que ela é capaz de enfrentar as coordenadas materiais do imperialismo sem reduzir o texto literário a um relacionamento mimético com uma realidade empírica não-problemática. As diretrizes de *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, originalmente publicado em 1923, são particularmente importantes não apenas para a análise dos textos literários e o relacionamento entre as forças sociais e ideológicas, mas, de modo especial, para reduzir o reducionismo e o idealismo. Lukács critica (1) as antinomias do pensamento burguês e a suposta oposição entre sujeito e objeto por meio da qual a realidade continua inalterada; (2) a compartimentalização do saber em unidade ou “mônadas” na qual a literatura deve ficar separada da “política”; (3) narrativas holísticas, desligadas de seus referentes materiais, mas ainda dependentes do binário sujeito-objeto; (4) a manutenção do *status quo*. Por outro lado, salienta (1) a dialética hegeliana centrada na classe e (2) a perspectiva do oprimido oriunda da generalização das lições da luta coletiva cujo objetivo é a transformação da sociedade. “A teoria pós-moderna, conhecida ou como pós-estruturalismo, ou desconstrução, ou pós-marxismo, é constituída por uma tentativa extrema de banir o corpo humano real – o corpo feito de sentidos, biocultural, ofegante – da esfera da linguagem e da vida social. Em minha opinião, esses pontos de vista reproduzem a característica central da sociedade comodificada, ou seja, a abstração dos produtos e das práticas sociais dos corpos ofegantes que os produzem” (McNally, 2001, p. 1). Frequentemente, a crítica da literatura feminina pós-colonial faz o jogo compartimentalizado do imperialismo e do colonialismo, subtrai a noção do saber da sociedade como uma totalidade histórica e se afasta das experiências materiais, embrenhando por interpretações alegóricas e empíricas. O sistema crítico de Lukács não discute “a leitura ou a experiência de um autor, ou de que nos impressiona ou desorienta em um determinado romance” (Said, 2003, p. 11), mas define a cultura como um *locus* de

rupturas e dissonâncias, fornecendo um arcabouço que “sistematiza os processos pelos quais a realidade entra na arte e é refletida por ela” (Said, 2003, p. 17).

Esse relacionamento entre o autor e a realidade social foi retomado por Williams (1977). Discutindo sobre as formas constitutivas da produção social da conscientização, Williams identifica “relações sociais verdadeiras nas quais, embora os projetos individuais continuem se realizando, se baseiam os projetos transindividuais, não apenas no sentido de formas e experiências compartilhadas, mas no sentido especificamente criativo de novas respostas e formações” (Williams, 1977, p. 195). Esse padrão de formas mostrará variações: alguns autores se conformam ao arquétipo; outros se afastam dele. “Esse processo de desenvolvimento pode ser entendido como um conjunto de relacionamentos ativos dentro do qual a emergência do projeto individual e da verdadeira história de outros projetos contemporâneos é contínua e substancialmente interativa. [Para refletir sobre autoria, há, portanto,] a descoberta recíproca do social no indivíduo e do indivíduo no social” (Williams, 1977, p. 196). Para Williams, no entanto, “rejeita-se o teor estético como um fenômeno separado e abstrato, mas se reconhecem as intenções variáveis específicas e as respostas variáveis específicas que foram rotuladas como estéticas, contrastando-se a outras intenções e respostas isoladas” (Williams, 1977, p. 156). Em outras palavras, a literatura não pode ser considerada exclusivamente ideologia nem exclusivamente estética.

### Personagens femininas da literatura pós-colonial

Inicia-se o processo por uma explicação materialista que destaca (1) a maior visibilidade de escritoras e (2) as diferenças entre a situação literária predominantemente masculina até os anos 50 e a volumosa produção literária de autoria feminina em um clima sociopolítico mudado. Na segunda metade do século 20, houve um acesso educacional maciço por parte das mulheres, o surgimento da Segunda Onda Feminista, e, mais tarde, o envolvimento mais enérgico do feminismo negro e terceiro-mundista, especialmente nas ex-colônias européias e a introdução de estudos femininos em praticamente todas as instituições de ensino superior e a publicação maciça de obras de autoria feminina. Todavia, essa geração de autoras e de autores “politicamente corretos” surgiu justamente no período em que a independência política não devolveu a liberdade, a igualdade e a libertação prometida, como o ensaio de Fanon (1990), intitulado “A cilada da consciência nacional”, já havia

previsto. A burguesia local assumiu o poder e a situação da maioria da população ficou na mesma situação sociopolítica; desmancharam-se as alianças interclasses, o imperialismo dos Estados Unidos fazia alianças com ditaduras e governos antidemocráticos que aceitavam as prioridades econômicas dos países desenvolvidos e derrubava governos que tinham postura diferente. A diáspora, em todos os sentidos, tornou-se a característica transindividual nas ex-colônias durante as últimas décadas do século 20 e do início do século 21, afetando principalmente, as mulheres.

A análise dos romances de Caryl Phillips, Nadine Gordimer, Andrea Levy, J.M. Coetzee e Chimamanda Ngozi Adichie, anteriormente mencionados, mostrará como as produções literárias, inseridas nas estruturas sociais e históricas, vão além das idiossincrasias individuais e estéticas de cada autor. Embora se mantenha a distinção entre autor e personagem, o ato concreto da escrita em um determinado momento da história do país poderia ser refletido na representação dos e na relação entre as personagens. A condição sociopolítica contemporânea, descrita acima, ficaria representada pelas personagens nos romances de autoria feminina e masculina, as quais tendem à desilusão e à decepção e, em certos casos, ao desespero. A representação das personagens femininas mostrará ou a superação dos problemas, ou o auto-exílio, o enfrentamento da diáspora transnacional (que lhes dá oportunidade para crescer) ou a liberdade de situações opressivas familiares. Embora em nível individual a representação do sucesso esteja à vista, a ambigüidade da situação é percebida na situação da maioria que ficou.

#### A recuperação da subjetividade da escrava “Martha”

O são-cristovense (Basseterre, St. Kitts, Caribe, 1958) Caryl Phillips publica *Crossing the River* em 1994 e, em uma das quatro partes que compõem o romance, narra, na seção intitulada “West”, a história de “Martha”, vendida pelo pai na costa africana, em 1752, em sua trajetória como escrava, do leste ao oeste dos Estados Unidos. Embora os romances de Phillips girem em torno das implicações contemporâneas da escravidão que ainda marcam as Américas, a recepção de *Crossing the River* acontece em dois momentos históricos: nos Estados Unidos, o país hegemônico onde os eventos se realizam, e no Caribe, o conjunto de países, de economia dependente, objeto de influências políticas aleijadoras pelos países dominantes. Para Phillips, a personagem Martha se caracteriza pela agência da contracultura iniciada e aprofundada pelo negro nos

lugares acima mencionados. Nos Estados Unidos, Martha é vendida pelo intermediário em carne humana, o capitão britânico John Hamilton, à família Randolph de Virginia, e depois à família Hoffman, de Kansas e, se ela não tivesse fugido, sucessivamente, para outras famílias escravagistas, sem nenhuma consideração da parte de seus amos, ao seu trabalho construtivo na riqueza dessas famílias e da nação em construção.

Embora, na década de 1990, o problema jurídico racial nos Estados Unidos já tivesse sido, pelo menos teoricamente, solucionado, persiste ainda o preconceito de que o negro constitui uma raça estranha e alienígena no contexto da sociedade estadunidense ou uma classe de pessoas legitimamente excluídas. Phillips contrapõe-se a esse preconceito por meio da representação dos sentimentos de Martha, de sua sensibilidade feminina, da construção da comunidade, do trabalho árduo, elementos não desprezíveis, mas vistos como serviço à comunidade. A perspectiva geral da história de Martha é da classe escrava que encarna o ambiente senhoril, eurocêntrico e patriarcal (o leste dos Estados Unidos) como “inferno”, do qual se deve fugir. Portanto, a tensão entre “Martha” e seus amos não se restringe apenas ao nível étnico, mas, ao nível classista também, especialmente quando rejeita o “Deus” cristão materializado pelos senhores europeus, donos de escravos.

A focalização sobre Martha se caracteriza pela busca incessante de trabalhar em dignidade, mas, ao mesmo tempo, na liberdade: a fuga de Martha dos estados escravagistas, a chegada em Dodge (o povoado fronteiro), o trabalho no restaurante de sua propriedade por dez anos, a vida mais ordeira em Leavenworth (como dona de lavanderia), e, finalmente, a integração de Martha a um grupo de pioneiros negros rumo à Califórnia. Mesmo integrando um grupo de negros, não se recusa a oferecer seus serviços para “pagar” sua passagem como cozinheira. A sua autonomia pessoal será garantida em uma comunidade negra, rumo à “colonização” do oeste dos Estados Unidos, e cuja finalidade não é o ouro, mas a terra onde, por meio do trabalho, poderia alcançar a autonomia, longe dos brancos.

Esse quadro, porém, não revela toda a dimensão do relacionamento entre as características individuais e as forças sociais e trans-individuais. Apesar do desespero e da exclusão produzidos no indivíduo negro estadunidense, a história de Martha revela a contribuição dos negros e sua legitimidade em integrar a nação que eles também construíram. A narrativa denuncia também a atitude imperialista e

dominante do branco que jamais reconheceu esses feitos. Mesmo sem capital e sem recursos, o negro visa à construção não de império, mas de comunidades. Em todos os lugares em que está, Martha manifesta a compreensão e tolerância, construtoras de comunidade. Evidentemente, isso vem na contramão de toda a experiência do branco nos Estados Unidos em sua ânsia de dominar, destruir, impor e excluir.

Semelhantemente à maioria da ficção oriunda do Caribe na década de 1990 (*A Small Place*, de Jamaica Kincaid, *Índigo*, de Marina Warner, para mencionar algumas), a história de Martha revela a tensão produzida pela desestabilização e pelo ajustamento econômico no Caribe, exigências do neoliberalismo, mesmo depois da independência política nos anos de 1970 e de 1980. À notícia da libertação dos escravos no período pós-guerra em 1865, Martha confessa que pouca diferença isso faria à população negra, ou seja, enquanto persistirem o preconceito, o ambiente e a mentalidade anticlassistas e anti-raciais. A influência do Banco Mundial e do FMI, a limitação de exportações pela Comunidade Britânica, os negócios desprovidos de escrúpulos praticados pelos donos de hotéis e homens de negócios dos Estados Unidos evidenciam as condições da maioria da população caribenha, enquanto classe operária e enquanto povo etnicamente diferente, provocadas pela mera substituição dos colonizadores pela burguesia nacional.

No conto de Phillips, a condição de gênero certamente integra o grau de rejeição e exclusão e não diminui a reação à escravidão, em todos os sentidos, como elemento integrante do colonialismo e do imperialismo. O patriarcalismo, envolvendo Martha, a partir de sua vida na África, se materializa no pai que a vendeu ao capitão escravagista, nos leiloeiros de escravos, no feitor, no sobrinho do falecido dono de escravos que vende toda a “propriedade” situada no estado da Virginia, nos negociadores e nos atravessadores, no agricultor Hoffman que a compra. Em seu fluxo de consciência, ela mostra a rebeldia contra a instituição patriarcal, contra a escravidão e contra o sistema capitalista do qual a escravidão faz parte. Somente a oeste do Mississippi, nos povoados de negros e em grupos de pioneiros negros, ela se sente sujeito autônomo, pois longe da influência historicamente nefasta do branco e do ambiente preconceituoso. Phillips revela o difícil obstáculo imposto pela comunidade branca, capitalista e excludente, aos negros nas comunidades-nações do Caribe, para os quais, freqüentemente, o único caminho é a diáspora. O neoliberalismo implantado no Caribe

praticamente obriga a diáspora transnacional pela falta de emprego no país, tendo em vista emprego mais decente e melhor educação no exterior. Como Martha morre a caminho para a Califórnia, ou seja, a liberdade dela fica ambígua, o sucesso do indivíduo caribenho em diáspora é ambíguo também, já que a maioria fica sujeita à política neoliberal e colonial. Essa ambigüidade é corroborada por autoras (entre outras, Pauline Melville em *A história do ventríloquo* e Leila Aboulela em *The Translator* e *Colored Lights*) que tratam da diáspora em suas narrativas.

Conclui-se que Phillips situa Martha, pertencente à classe operária (escrava), de etnia negra, (1) como uma pessoa de profundos sentimentos humanos, caracteristicamente femininos, contrapondo-se ao ainda enraizado preconceito dos brancos nos Estados Unidos referente aos negros como pseudo-humanos; (2) como construtora da nação pelo trabalho, contrapondo-se às idéias de parasitismo e ociosidade vigentes entre a população branca estadunidense; (3) como construtora de comunidade e formadora de inter-relacionamentos, contrapondo-se à globalização da exclusão, à maximização dos lucros, à minimização de atividades de colaboração, amizade e compreensão mútua; (4) como sujeito e agente em um ambiente de patriarcalismo e de colonialismo contra os quais se rebela, embora seu sucesso seja marcadamente ambíguo.

#### Desafio para sul-africanas burguesas

Apesar da diferença de estilo e de ideologia, provocando diversos comentários sobre seu variado engajamento (Taubman, 1984; Glenn, 1994; Attwell e Harlow, 2000), como escritores, na luta anti-apartheid, Nadine Gordimer e J.M. Coetzee, de ascendência européia, concentram sua ficção pós-1990 sobre a situação sul-africana pós-apartheid, refletindo sobre a utopia da construção de uma nação baseada nos princípios da reconciliação e da igualdade. Já em seus romances pré-1990, os dois autores engajam-se em uma crítica ao patriarcalismo e ao discurso colonial por meio de vozes pós-modernas caracterizadas pela “indefinibilidade”. Nos romances *The Pickup* (O engate) e *Disgrace* (Desonra), as protagonistas femininas, respectivamente, Julie e Lucy, pertencem à burguesia branca. Julie, filha de pais ricos, voluntariamente, mora em um bairro de Johannesburgo onde nada lhe falta das benesses de uma sociedade política e financeiramente dominante, embora constituindo uma minoria em um contexto da maioria da população pobre e negra ainda lutando para encontrar seu papel social e

político, logo após a derrocada do apartheid, as eleições gerais e o clima de liberdade outrora inconcebível. Todavia, Julie refugia-se em um grupo de “amigos” boêmios, inconformados e rebeldes, com os quais compartilha uma vida frívola e inconseqüente.

Por outro lado, Lucy é a filha de David Lurie, um decepcionante professor universitário na Cidade do Cabo. A lésbica Lucy, dona de um pedaço de terra em Salem, Eastern Cape, com vários empregados negros, ganha sua vida vendendo nas feiras semanais os produtos agrícolas produzidos por ela. É importante salientar a classe média e a condição abastada das duas mulheres em um contexto geral de desemprego, diáspora, falta de terra, luta para a sobrevivência da maioria da população que ainda está em profunda tensão e ambigüidade para se integrar como verdadeiros cidadãos. Nas grandes cidades as vozes da antiga escravidão holandesa e britânica são quase indistinguíveis dos e até se misturam com os gritos dos sem-terra e dos imigrantes ilegais, oriundos de outros países pobres, especialmente árabes, todos clamando por igualdade. Em um ambiente pós-apartheid, os dois romances parecem se identificar mais com a elite e a classe média que sofrem violência, sentem-se ameaçados e vivem em casas-fortalezas do que com as massas de peões agrícolas e de trabalhadores urbanos.

Todavia, destacam-se a mediação e a interação entre essas forças sociais trans-individuais e as características das personagens. Embora *The Pickup* reflita a situação urbana do país, especialmente o patriarcalismo / colonialismo de sua família e a tutela do Estado pela população branca, a *unheimlichkeit* [a situação de sem-lar] de Julie resulta em um algo inconcebível, próprio da população deslocada: Julie emigra voluntariamente, com seu marido Ibrahim ou Abdu, e imerge em uma cultura rural, religiosa, patriarcal, caracteristicamente prejudicial à mulher. A interação entre esses pólos antagônicos recria a mulher agente, minimalista e sem afluências, conciliadora sem submissão, respeitada nas suas ações, e aparentemente reconciliada consigo mesma (pela mística do deserto). Parece que a condição nova da África do Sul, a reintegração do país ao mundo ocidental, a igualdade racial e a democracia política não satisfazem a Julie. O deserto, com sua simbologia e misticismo, a vida simples e a vivência na comunidade lhe garantem a felicidade almejada.

Esse paradoxo vivido por Julie revela a ação devastadora do neoliberalismo e da globalização. A derrocada da política do apartheid não somente não elimina a dialética entre as classes sociais e entre o

dominador branco e eurocêntrico e o negro, mas constrói uma pseudo-igualdade (o advogado negro na casa dos Summers) e favorece a diáspora transnacional na qual os imigrantes procuram oportunidades e as benesses da sociedade industrializada. A sociedade elitista sul-africana, porém, não os inclui. Pelo contrário, ou os rotula como ilegais ou os hierarquiza como inferiores tanto quanto a fez com os nativos negros desde o século 17. De outra maneira, a globalização transforma o país árabe de Ibrahim, carente de petróleo e indústria, em um *locus* para o desejo de possuir, por meio do contrabando ou da emigração, as oportunidades produzidas pelos países industrializados. O desejo de ter as amenidades, os bens e o conforto dos países ricos ameaça sua cultura, a qual fica em desvantagem diante do poder da ideologia neocolonizadora que invade e permeia o ambiente tradicional. Somente a diaspórica Julie se destaca como sujeito e forma uma comunidade de amigas diante da investida do neoliberalismo na aldeia pobre e tradicional de Ibrahim.

Semelhante a *The Pickup*, o romance *Disgrace* logo de início, mostra a readequação e a flexibilização tão características da África do Sul, imersa no neoliberalismo e na globalização, tanto no ambiente urbano (refletidos nas mudanças radicais nos programas da universidade onde Lurie trabalha) quanto no ambiente rural (mudanças no conceito de propriedade e de produção agrícola). Mostra, todavia, a implosão da desigualdade das classes refletida principalmente, no patriarcalismo e no patronato. Semelhante à agência e à subjetividade mostradas pela prostituta Soraya e pela aluna Melanie contra a predação de Lurie, Lucy reforça a sua subjetividade. Embora estuprada por um gangue de negros, duplamente ressentida pela violência devida à sua orientação homossexual e grávida como conseqüência da agressão, ela não somente se recusa a incriminar os agressores, mas também doa sua terra a Petrus (seu ex-empregado e agora dono das terras vizinhas, e provavelmente, o mentor da agressão) e aceita sua proteção.

O romance de Coetzee revela como a antiga colonização dos negros durante o regime holandês e britânico, a qual evoluiu para o sistema de apartheid em meados do século XX, foi substituída por um conceito de sociedade, pluralista e heterogênea, em busca de uma reconciliação não apenas de etnias, mas e especialmente de classes, por meio de profundas mudanças na identidade, igualdade e cidadania. Talvez seja essa a explicação da enigmática recusa de Lucy de denunciar a agressão e, mais sério ainda, a entrega de terras e da própria pessoa ao

negro Petrus. Parece que Lucy é mostrada como mediando características individuais com forças transindividuais de uma sociedade imbuída pelo neocolonialismo e pelo neoliberalismo, mas com profunda necessidade de reconciliação e aproximação classista. Como mulher agente e sujeito, Lucy deseja começar desde o início da história colonial, ou seja, quer sentir o que a negra durante séculos sentia quando foi expulsa de suas terras, fragmentada em seu ser e em sua vida coletiva, posta em diáspora forçada, violentada sexualmente pelo branco e objetificada até a inanição. Lucy é a personagem, a qual, no contexto de violência e masculinidade, assume a *kenosis* (privação ou humilhação) para que sejam reveladas as condições da maioria sul-africana que necessitam com urgência da reconciliação e do perdão.

Conclui-se que na África do Sul pós-apartheid a mulher branca, talvez mais do que o homem, sente (1) o aprofundamento da insatisfação e da ambigüidade, as quais fazem com que ela se aproxime à condição da heroína trágica grega, já que sua libertação ficou muito aquém de suas expectativas ou de seus ideais; (2) o deslocamento, interno e externo, que, paradoxalmente e diferente dos resultados nos homens, lhe dá mais autonomia e agência frente às novas condições sociopolíticas; (3) o aguçamento da responsabilidade para reverter, via construção da comunidade e da reparação, a histórica desigualdade e suas injustiças, da qual *em parte* foi responsável durante a colonização europeia e durante a vigência do apartheid.

Por outro lado, a mulher subalterna não-européia (as negras Soraya e Melanie e a professora Farodia Rassool em *Disgrace* e as mulheres árabes da família de Ibrahim em *The Pickup*), representada nos dois romances, é retratada como decidida, autônoma, construtora de comunidade, embora em graus diferentes e no contexto de um ambiente hostil ainda fortemente permeado por ingerência masculina. A condição ambígua desses dois tipos de mulheres revela que, apesar da luta dos feminismos, as conquistas são parciais, especialmente das mulheres subalternas. Apesar da diferença na classe social, os dois grupos ainda lutam para adquirir o nível desejável de igualdade, de direitos e de discurso.

#### A luta pela agência da mulher caribenha na diáspora

Por força da expansão capitalista no século 16, o Caribe foi construído como um lugar de dupla colonização (Ashcroft *et al.*, 1991) onde a ação predatória dos colonizadores provocou a inteira

substituição da população indígena por outra, escrava, deslocada da África, entre os séculos 16 e 18 e, mais tarde, por trabalhadores oriundos do sudoeste asiático como *indentured labor*, após a Emancipação de alguns países no século 19. Todavia, a maioria dos países caribenhos se tornou politicamente independente somente em meados do século 20. Nesse conjunto histórico, apesar de a mulher caribenha ter sido objetificada pelo patriarcalismo-colonialismo europeu e pelo patriarcalismo africano e asiático, a sua agência, especialmente o número de autoras, aumentou consideravelmente, após 1980, devido às reformas sociais abrangentes, especialmente o acesso à educação formal, à introdução dos estudos femininos e africanos nas universidades e ao comprometimento feminino em todas as áreas do saber e da política. Ressalta-se, porém, o novo controle que os Estados Unidos exercem na região, após 1950, nos setores econômico (favorecendo as corporações transnacionais; ajuda econômica atrelada às políticas neoliberais internas), político (incentivando a rebeldia contra democracias com programas desfavoráveis aos interesses dos Estados Unidos, como foram de Guiana e Jamaica; apoiando governos, como de Duvalier, Burnham, Byrd, favoráveis aos interesses dos Estados Unidos), militar (assumindo o direito de invasão, como em Haiti e Granada). Portanto, a diáspora tem sido uma condição transindividual constante no Caribe.

Nos romances *Fruit of the Lemon* (1999) e *Small Island* (2004), a escritora britânica Andrea Levy, de ascendência caribenha, revela a extensão das forças sociais e históricas que afetam a autora e sua obra, as quais vão além de sua individualidade e de fatores estéticos. Parece que os dois romances são complementares, ou seja, *Small Island* mostra as personagens híbridas Hortense Roberts e Gilbert Joseph, a primeira geração de caribenhos, que emigram para a Inglaterra; *Fruit of the Lemon* revela as vicissitudes de Faith Jackson, segunda geração caribenha, nascida e educada na Inglaterra, de volta a Jamaica para uma visita a parentes.

Em *Small Island* Levy mostra, em retrospectiva, a formação individual de Hortense e Gilbert, pertencentes à classe social baixa, inseridos no regime colonial da Jamaica, sua emigração na Inglaterra, “a terra mãe”, e o início de sua estada em Londres onde adotam uma criança negra nascida na Inglaterra. Toda a formação educacional que Hortense recebe, especialmente sua profissão de professora primária, direciona-se ao conceito ilusório de que todos os povos das colônias britânicas formam uma grande família e que o

deslocamento à Inglaterra é um encontro entre “mãe” e “filha”. Em seu ponto de vista, a saída da terra natal não constituiria uma diáspora, o emprego na Inglaterra seria garantido, a educação escolar recebida teria o mesmo valor na metrópole, haveria equidade entre o sujeito colonial e o nativo britânico. Esses itens formam mônadas de ideologia burguesa e, em conflito com a realidade, se mostram desconexas. Hortense, como mulher negra, é estereotipada (como empregada doméstica), objetificada racialmente (o taxista que a leva para o endereço indicado a trata como pessoa inferior), desqualificada como britânica (crítica à pronúncia), incapacitada em sua profissão (rejeitada como professora de crianças inglesas), hierarquizada e rotulada como cidadã secundária. A narradora dos episódios acima revela como “os objetos do mundo empírico [...] são aspectos de uma inteira situação envolvidos em um processo de mudanças históricas” (Lukács, 1988, p. 162).

No contexto histórico das décadas finais do imperialismo britânico e o início da diáspora caribenha, Hortense expõe o pioneirismo do sujeito colonial rejeitado em “sua própria casa” devido à etnia e à classe. Ela percebe que quanto mais a propaganda do Império insiste sobre a comunidade das nações e sobre o dever de dar a vida (na II Guerra Mundial) à democracia, cujo paladino certamente foi e é a Inglaterra, mais rejeição e racismo ela sentia no suposto “berço” da inclusão. São experiências interdependentes, ou seja, as vicissitudes individuais são conexas às forças sociais transindividuais, embora aparentemente sejam desconexas. O patriarcalismo do Império evolui para a hierarquização da exclusão, do racismo e da inferioridade que Hortense vive na Inglaterra. Todavia, a sua agência diante de profundos conflitos sociais se sobrepõe muito mais do que a de seu marido, quando toma a decisão de continuar vivendo na Inglaterra e adotar uma criança negra apesar do racismo e da ideologia classista, especialmente como mulher, que encontra na diáspora britânica. Essa atitude é corroborada pela personagem Solomon/Gabriel, um negro diaspórico, em *A Distant Shore*, de Caryl Phillips.

Em *Fruit of the Lemon*, a condição de nascida e criada na Inglaterra, mas de pais jamaicanos, não coloca Faith Jackson em uma situação melhor daquela vivida por Hortense. No final da década de 1970, Faith Jackson negocia sua condição de ser negra no emprego (no setor de roupas na Television Center) e no ambiente multicultural e racista britânico. Vivendo uma crise de identidade, ela viaja para a Jamaica onde, por meio das histórias orais de

parentes (especialmente sua tia Coral), fica conhecendo as intrincadas redes de parentesco construídas pelos colonizadores e colonizados no Caribe e, conseqüentemente, assume uma nova modalidade de ser. A experiência de Faith na Inglaterra e Jamaica parece ser estritamente pessoal, mas o narrador constrói a condição feminina como o produto de profundas tensões sociais. Essas tensões não são construídas apenas pela relutância inicial dos pais de contar a história da família na Jamaica e subvertida pelos parentes jamaicanos, Coral, Vincent e Violet, ou pela narração referente à sua origem escrava, a qual é subvertida pela narração revelando a luta diária pelo trabalho, pela construção da amizade, contra o preconceito, ou pela “vergonha” de os pais terem sido emigrantes que chegaram à Inglaterra em um cargueiro de bananas, fato também subvertido pela decência de viver como cidadãos conscientes e honestos. A narradora parece querer mostrar as tensões sociais transindividuais que afetam, na contemporaneidade, o negro britânico, nativo ou imigrante, de modo especial, a mulher diaspórica. As tensões se referem mais às forças globais de dominação e aos conceitos de ideologia burguesa que são subvertidos pelo texto. Desde a aceitação de ex-colonos pela Inglaterra, logo após a II Guerra Mundial, para preencher postos de emprego manual e com salários baixos, desde a coibição da imigração caribenha na década de 1980, desde o aumento da xenofobia diante do desemprego provocado pela política neoliberal na década de 1990, a tensão inter-racial e classista tornou-se a característica das metrópoles colonizadoras. Em *Fruit of the Lemon*, portanto, a convivência pacífica e o respeito entre britânicos nativos e pessoas oriundas das ex-colônias na sociedade britânica são denunciados como um mito, diante de episódios, abertos ou sutis, de racismo e de preconceito; é rechaçada a amnésia, mais ou menos deliberada, a que são submetidos os membros das gerações posteriores dos imigrantes referente à história da família oriunda das ex-colônias; o suposto multiculturalismo torna-se uma quimera diante da cultura britânica dominante; a luta para a ascensão social do imigrante, especialmente da negra, é difícil e constante.

Pode-se resumir a condição feminina em *Small Island* e *Fruit of the Lemon*: (1) o progresso material da sociedade britânica não é sinônimo de diminuição de tensão inter-racial, especialmente quando o sujeito é mulher; (2) a luta da mulher operária contra o patriarcalismo que permeia a família e o ambiente do emprego e sua ascensão lenta em ambos ainda é característica da condição feminina; (3) a voz da mulher na sociedade tecnologicamente

avançada tem menos autoridade do que em uma comunidade do Terceiro Mundo; (4) a construção da comunidade por meio da tolerância e do multiculturalismo é caracteristicamente feminina e se contrapõe à competitividade e à exclusão produzidas nos países ricos; (5) a agência feminina é um fato certo, apesar da existência de tensões e lutas contínuas em um ambiente globalizado de exclusão e de valores não-comunitários.

#### Ainda vítima da repressão na Nigéria

Em seu primeiro romance, *Purple Hibiscus* (2003), Adichie (nascida na Nigéria em 1977) coloca o leitor, por um lado, em um ambiente familiar de patriarcalismo e fundamentalismo religioso e uma resistência feminina, silenciosa e eficiente e, por outro lado, em um ambiente nigeriano pós-independência, infestado por golpes militares, tortura, polícia secreta e repressão. Semelhante ao fundo caótico produzido pela colonização inglesa nos séculos 19 e 20, e retratado nos romances de Achebe, Okri e Soyinka, o ambiente político na Nigéria e, até certo ponto, em *Purple Hibiscus*, está repleto de corrupção, violência, degradação do sistema educacional e institucional, burocracia disfuncional, infra-estrutura à beira do colapso, e crimes contra o ambiente por ação das companhias estadunidenses de petróleo. O terror que a protagonista Kambili, de quinze anos, sente diante do ambiente familiar sufocante criado pelo pai Eugene (também chamado “Papa”), industrial rico, proprietário de jornal e católico fundamentalista, revela não apenas as contradições individuais mas, de modo especial, as forças sociais transindividuais operando na construção da sociedade e as tensões inerentes a essas forças.

O patriarcalismo de “Papa” é construído pela opressão física, moral e verbal contra a sua família, “protegida” por portões, muros altos e árvores de frangipana. Eugene se “vendeu” à suposta superioridade da cultura ocidental, especialmente pela religião e língua europeia, e impõe essa mentalidade e intolerância a todos os membros da família, sem qualquer respeito à subjetividade de cada. Beatrice, a mãe, e os filhos adolescentes, Kambili e Jaja, sofrem constante e terrivelmente, e contrastam a vida sufocante em Enugu da liberdade reinante na casa de sua tia paterna Ifeoma, uma professora universitária, em Nsukka. Ao mesmo tempo, a situação opressiva e o subsequente caos na família retratam o que acontece na Nigéria pós-independência. O poder assegurado pelos britânicos na época colonial é transferido à “elite” da sociedade nigeriana que o utiliza em benefício próprio e não

para o desenvolvimento cultural e tecnológico do povo da ex-colônia. Golpe após golpe de estado, cada vez mais sangrento e opressor, faz com que “as coisas comecem a desmoronar em casa” (p. 3), ou seja, na sociedade nigeriana e também no próprio lar. As coisas se agravam pelo fato de que a mulher, mesmo no estado nigeriano independente, é considerada um objeto na ideologia burguesa. Já em *Things Fall Apart* Achebe falava da objetificação da mulher na sociedade tribal pré-colonial. Embora a participação feminina tenha sido considerável na luta da independência, as mulheres nigerianas não adquiriram, *ipso facto*, a igualdade política e social e precisavam lutar, mais uma vez, sem grandes sucessos ou avanços, para terem os mesmos direitos. Em nível de família, a hierarquização também se perpetuou como o romance de Adichie mostra.

Revelam-se, conseqüentemente, as tensões de condicionamento mútuo, aparentemente desconexas. O episódio em que Kambili está aterrorizada porque ficou em segundo lugar nos exames remete ao estado de terror que a burguesia nacional armou para a população indefesa.

As freiras deram o boletim escolar sem lacre. Fiquei em segundo lugar. Constavam apenas esses números: 2/25. Minha ex-diretora, Irmã Clara, havia escrito: “Kambili é inteligente além de sua idade, pacata e responsável”. Madre Lucy, a atual diretora, escreveu: “Uma estudante brilhante e obediente e uma filha de quem se orgulha”. Todavia, sabia que Papa não ficaria orgulhoso. Havia comentado, com certa freqüência, a Jaja e a mim que não gastava dinheiro [na escola] das Filhas do Coração Imaculado e de São Nicolau para permitir que outros estudantes fiquem em primeiro lugar. [...] Queria ser o orgulho de meu pai; queria ter o sucesso que ele teve. [...] Todavia, fiquei em segundo lugar. O fracasso me marcou (Adichie, 2003, p. 38).

Esse sentimento de culpa e de fracasso individual condiciona a situação do macrocosmo nigeriano, a qual é retratada no romance não apenas por golpes militares, revoltas estudantis, precárias condições de vida, estado policialesco, opressão do cidadão e várias arbitrariedades, mas por um ambiente de opressão generalizada igual àquele vivido pelos membros (especialmente as mulheres) da família de Kambili. Por outro lado, a reação contra essa opressão, ou seja, a diáspora de Ifeoma e os filhos a um país desenvolvido, o assassinato, por veneno, de Eugene, pela sua mulher, o silêncio de Jaja e de Kambili, é ambígua porque, sobrevivendo a situação de abuso e adquirindo a liberdade, o alívio é um pesadelo. Pode-se dizer que a agência feminina, realizada pelo assassinato do “tirano”, equipara-se a de muitos episódios reais e literários, nos quais a reação da mulher indica profunda subjetificação (Bonnici,

2003). Criticando os colonizadores e a oligarquia nativa que assumiu seu lugar, Ifeoma diz que:

há muita gente que acha que nós não somos capazes de governar a nós mesmos, já que fracassamos nas poucas vezes que experimentamos, como se todos os outros que atualmente governam a si mesmos, tivessem sucesso quando tentaram da primeira vez. É como dizer a uma criança que está engatinhando e que está tentando andar, mas cai de bunda, para ficar no chão para sempre. Como se todos os adultos que estão caminhando não tivessem um dia engatinhado (Adichie, 2003, p. 301).

Semelhante à reação contra o despotismo político de Ifeoma, a reação de Kambili é preferível à tirania patriarcal. “O silêncio [agora] paira sobre nós. É um silêncio diferente porque nos deixa respirar. Tenho ainda pesadelos do outro tipo, ou seja, do silêncio que havia quando Papa estava vivo” (Adichie, 2003, p. 305).

A condição feminina em *Purple Hibiscus* mostra (1) a íntima relação entre o patriarcalismo e os mecanismos da colonização européia e sua sucessora formada pela burguesia nacional que detém o poder no país independente; (2) a opressão feminina é realizada abertamente e, portanto, naturalizada e justificada, sem nenhuma necessidade de explicações ou qualquer manifestação de problemas éticos; (3) a liberdade física feminina que pode ser uma camuflagem para esconder uma profunda opressão e carência da liberdade verdadeira; (4) os obstáculos profundos que as mulheres nas comunidades pós-coloniais e nas minorias nos países desenvolvidos ainda encontram para conquistar a igualdade, a autonomia e a agência, apesar de sua participação nas lutas anticoloniais ou pela igualdade de gênero; (5) a reação feminina, às vezes extrema, a qual, devido à semelhança à opressão do colonizador, torna-se ambígua, efêmera e inconclusa.

#### Caminhando na floresta

O descompasso existente entre o conceito de libertação construído pela Segunda Onda Feminista e o tipo de igualdade e de homogeneidade que se encontra em exercício no dia-a-dia da vida das mulheres nas últimas décadas do século 20 e no início do século 21, explica o senso de frustração de muitas lutadoras. Esse senso de frustração torna-se mais agudo quando se percebe a maioria das mulheres nas sociedades pós-coloniais ou aquelas que, embora possuidoras de bens materiais, ainda estão hierarquizadas e fossilizadas em classes sociais e grupos étnicos excludentes, ou ainda quando a própria mulher, branca, cristã, financeiramente estável, carece consciência de que ela não representa todas as mulheres do mundo. Greer (2001, p. 10-11)

lamenta que, após tantos anos de luta na sociedade capitalista e globalizada, ainda há “em toda parte, mulheres sem voz [que] suportam provação, dor e sofrimento, num sistema mundial que cria bilhões de perdedoras para cada punhado de vencedoras”. Embora a literatura não seja estritamente mimética, mas possua a potencialidade de iluminar a experiência e as relações humanas e de criar alternativas utópicas, os romances pós-coloniais acima mencionados tipificam a condição feminina contemporânea.

Os romances sob análise foram escritos no período em que a hegemonia única dos Estados Unidos ficou mais evidente, em que a globalização tornou-se a filosofia da política e das atividades humanas, em que a hierarquização entre Norte e Sul dinamizou mais as relações desiguais entre as sociedades, com as conseqüentes atitudes de rejeição e de recrudescimento do racismo em favor da absoluta riqueza de uns e a absoluta pobreza dos demais. Parece que o novo tipo de colonialismo pós-1990 é mais abrangente e mais corrosivo para as sociedades, apesar de estas serem politicamente independentes e possuírem as benesses da industrialização e uma extensa rede de comunicação. Embora não se possa dizer que os romances escolhidos revelem absoluta e universalmente a complexa tipologia da representação feminina pós-colonial, acredita-se que possam ser indicadores para retratar a condição feminina na literatura oriunda das ex-colônias britânicas.

Em primeiro lugar, parece que os autores pós-coloniais preferem representar a mulher da classe média alta (Lucy, Julie, Kambili) e baixa (Soraya, Melanie, Hortense, Faith) à mulher estritamente operária (Martha), independente de sua opção sexual, profissão, etnia ou cor. O status social da mulher da classe média, proveniente ou da posição familiar ou de seu próprio esforço, não lhe isenta de vaga e profunda frustração, haja vista a decisão de Julie de abandonar a África do Sul ou de Faith de deixar temporariamente a Inglaterra. Em todas as ocasiões, elas enfrentam a ideologia patriarcal/colonial, representada ou por personagens concretas (pai, marido, empregadores, professores) ou pelo sistema capitalista e suas conseqüências (o racismo, os resquícios de apartheid, a exclusão, a subalternação). O deslocamento, característico da contemporaneidade, pode ser indicativo de frustração e insatisfação como também de busca para a ascensão social. Nesse último caso, a negra (Hortense, Faith) enfrenta problemas de emprego, moradia, aceitação social, competitividade, e de

exclusão por causa de sua etnia e proveniência colonial. Por outro lado, apesar de sua condição social e étnica, Julie se integra na comunidade feminina árabe e encontra sua realização através da mística do deserto (realização pessoal) e do soerguimento educacional das mulheres árabes (realização comunitária).

A classe operária não se destaca nesses romances. A única exceção é a escrava Martha, a qual, tentando superar o colonialismo/capitalismo/patriarcalismo com o trabalho braçal, consegue crescer em sua auto-estima e na sua subjetificação. Provavelmente, é a única personagem consciente de que está construindo um novo tipo de sociedade baseada na cooperação, inclusão, trabalho, rechaçando e superando a sociedade estadunidense como perversa em sua exclusão e em sua busca de lucro. O fato de apenas Martha retratar a condição operária pode ser indicativo da teoria de que a literatura é algo específico do capitalismo e baseia-se sobre a falsa supressão das condições materiais e ideológicas que a moldam.

Todavia, verifica-se que as personagens nos romances sob análise mostram um alto grau de agência apesar dos grandes obstáculos encontrados. A cor, a etnia, a classe, a religião não constituem mais impedimentos para se afirmarem como agentes autônomos e independentes, opondo-se às variadas restrições do colonialismo e do capitalismo. Todavia, parece que o esforço e a luta para conseguir a agência não é igual para todas e admite gradações: Hortense e Faith enfrentam o escárnio do racismo em uma sociedade que finge ser democrática e inclusiva; Lucy enfrenta a inversão sociopolítica pós-apartheid pela escolha da reconciliação, do perdão e da auto-imolação; Kambili se opõe ao sadismo do pai e do regime ditatorial por meio da resignação ao assassinato.

A Segunda Onda Feminista tem proporcionado às mulheres, no contexto pós-colonial, condições de luta e agência ímpares, refletidos nos romances pós-coloniais dos últimos dez anos. Prevalece, contudo, a ambigüidade na condição de agência, ou seja, enquanto o patriarcalismo e o colonialismo permeiam as atividades femininas, a igualdade e a heterogeneidade ainda não são plenas. Igualmente, o projeto utópico da construção da comunidade, opondo-se ao imperialismo e colonialismo que destroem, ainda está inacabado, muito embora vários romances vislumbassem tal procedimento e conduto. Transpondo-se além do horizonte, Martha visualiza um mundo de reciprocidade, colaboração e harmonia que se contrasta com o “inferno” que o homem branco construiu no Novo Mundo; contra

os horrores do ódio e da segregação, Lucy imagina na África do Sul uma comunidade heterogênea e reconciliada consigo mesma após séculos de hierarquização e binarismo; Hortense e Faith enfrentam a hostilidade britânica contra imigrantes negros, ex-colonos e nativos “alienígenas” e impõe sua cidadania.

O sucesso preconizado pelas feministas é ambíguo porque ainda inacabado, mas as respostas de tolerância, multiculturalismo, reciprocidade e agência contra o imperialismo e a dominação, as quais permeiam a literatura pós-colonial escrita em inglês, encontram-se em toda parte. Talvez, o horizonte da obra literária pós-colonial, especialmente aquela de autoria feminina e/ou em que a mulher é protagonista, encontra-se no exato lugar descrito por Roy (2003, p. 112): “[A literatura] não deve apenas se opor ao Império, mas cercá-lo, sufocá-lo, envergonhá-lo, expô-lo ao ridículo. Com nossa arte, nossa música, nossa literatura, nossa teimosia, nossa exuberância, nossa alegria, nossa absoluta persistência e nossa capacidade de contar nossas próprias histórias. Histórias que são diferentes daquelas que eles tentam nos fazer engolir para nelas acreditar”.

#### Referências

- ADICHIE, C.N. *Purple hibiscus*. New York: Random House, 2003.
- ASHCROFT, B. et al. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London: Routledge, 1991.
- ATTWELL, D.; HARLOW, B. South African Fiction after Apartheid. *Modern Fiction Studies*, v. 46, n. 1, p. 1-12, 2000.
- BONNICI, T. No limite da feminilidade: assassinas e bruxas – a mulher na sociedade inglesa dos séculos XVI e XVII. In: MAINKA, P.J. (Org.) *Mulheres, bruxas, criminosas: Aspectos da bruxaria nos tempos modernos*. Maringá: Eduem, 2003, p. 89-106.
- CHRISMAN, L.; WILLIAMS, P. (Org.). *Colonial discourse and postcolonial theory: a reader*. London: Harvester, 1994.
- COETZEE, J.M. *Disgrace*. London: Vintage, 2000.
- DONNELL, A.; WELSH, S.L. *Reader in caribbean literature*. London: Routledge, 1996.
- ELLIS, P. *Women of the caribbean*. London: Zed, 1986.
- FANON, F. *The wretched of the earth*. Harmondsworth: Penguin, 1990.
- FERGUSON, N. The empire slinks back. *New York Times Magazine*. April 27, 2003.
- FERRO, M. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GEDALOF, I. *Against purity: rethinking identity with indian and western feminisms*. London: Routledge, 1999.
- GLENN, I. Nadine Gordimer, J.M. Coetzee, and the politics of interpretation. *South Atlantic Quart.*, v. 93, n. 1,

- p. 11-32, 1994.
- GORDIMER, N. *The pickup*. Farrar: Straus & Giroux, 2001.
- GREER, G. *A mulher inteira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- IGNATIEFF, M. Nation building lite. *New York Times Magazine*. July 28, 2002.
- LUKÁCS, G. *History and class consciousness: Studies in Marxist Dialectics*. Cambridge: MIT, 1988.
- McCLINTOCK, A. The Angel of Progress: Pitfalls of the term 'postcolonial'. In: CHRISMAN, L.; WILLIAMS, P. (Org.). *Colonial discourse and postcolonial theory: a reader*. London: Harvester, 1994, p. 291-304.
- McNALLY, D. *Bodies of meaning: Studies on language, labor and liberation*. Albany: Suny Press, 2001.
- NEGRI, A. *Cinco lições sobre o império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PHILLIPS, C. *Crossing the river*. New York: Vintage, 1994.
- ROBERTSON, R. *Globalização: teoria social e cultura* global. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ROY, A. *War talk*. Boston: South End, 2003.
- SAID, E. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- TAUBMAN, R. Doris Lessing and Nadine Gordimer. In: FORD, B. (Org.). *The new pelican guide to english literature: the present*, v. 8, 1984, p. 233-244.
- UNCTAD XI, Trade and gender, São Paulo, 13-18 June, 2004. Disponível em: <[http://www.unctadxi.org/templates/Page\\_509.aspx](http://www.unctadxi.org/templates/Page_509.aspx)>. acesso em: 27 fev. 2006.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: OUP, 1977.
- WOLF, A. Working girls. *Prospect* April 2006.
- YOUNG, R.J.C. *Postcolonialism: an historical introduction*. Oxford: Blackwell, 2001.

Received on April 04, 2006.

Accepted on June 29, 2006.